

POLÍTICA EXTERNA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	VILLEMOR, TRIGUEIRO, SAUER E ADVOGADOS ASSOCIADOS	Data de aprovação: 31.03.2022 Data de publicação: 01.04.2022 Versão: 3.0
---	--	--

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Villemor, Trigueiro, Sauer e Advogados Associados (doravante apenas “Villemor Amaral” ou “VAA”) tem o compromisso de respeitar sua privacidade e, por essa razão, criou esta política de privacidade para informar a você de forma adequada e, tanto quanto possível, completa, de que forma nosso escritório realiza o tratamento de dados pessoais, incluindo dados sensíveis, coletados de colaboradores do VAA e seus dependentes, terceiros, prestadores de serviços e/ou seus representantes e colaboradores, clientes e/ou seus representantes e colaboradores, candidatos a vagas, possíveis integrantes de nosso quadro social e quaisquer outras partes relacionadas na execução das atividades do VAA, a fim de garantir um nível adequado de segurança e privacidade, por meio de ações de proteção e adequação à LGPD e demais regulamentos que estabeleçam regras sobre o tema.

O VAA recomenda fortemente que você leia atentamente esta política, considerando que ela deverá ser observada por todos os colaboradores do VAA, prestadores de serviços, clientes e, ainda, qualquer pessoa física ou jurídica que seja ou venha a desempenhar o papel de Titular de Dados e/ou Operador de Dados Pessoais, ocasião em que o VAA será Controlador de Dados. Por fim, em caso de dúvidas, entre em contato com o encarregado de dados nos canais apontados nessa política.

I. GLOSÁRIO:

- VAA - Villemor, Trigueiro, Sauer e Advogados Associados;
- Autoridade Nacional de Proteção de Dados ou ANPD - órgão da administração pública federal responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD em todo o território nacional;
- Colaboradores do VAA: todos os colaboradores da VAA, incluindo: sócios, empregados, estagiários, aprendizes, prestadores de serviços e qualquer outra pessoa que possua vínculo direto com este escritório de advocacia;

- Consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus Dados Pessoais para uma finalidade determinada;
- Controlador de Dados: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de Dados Pessoais;
- Dado Anonimizado: dado relativo ao titular que não permita a sua identificação pela utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;
- Dado Pessoal: informação relacionada a pessoa natural que permita de qualquer forma a identificar;
- Dado Pessoal Sensível: Dado Pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico;
- Encarregado de Dados: internacionalmente conhecido como *Data Protection Officer* (DPO), é a pessoa indicada pelo Controlador de Dados e pelo *Operador* de Dados para atuar como canal de comunicação com os Titulares dos Dados e com a ANPD. Suas atribuições estão elencadas no art. 41, §2^o da LGPD;
- LGPD: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/18);
- Operador de Dados: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de Dados Pessoais em nome do Controlador;
- Titular de Dados: a pessoa natural a quem se referem os Dados Pessoais que são objeto de tratamento; e
- Tratamento de Dados ou Tratamento: toda operação realizada com Dados Pessoais, incluindo Dados Pessoais Sensíveis, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

¹ Artigo 41, §2^o, da LGPD

I - aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências;

II - receber comunicações da autoridade nacional e adotar providências;

III - orientar os funcionários e os contratados da entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais; e

IV - executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares.

II. DA COLETA DE DADOS PESSOAIS:

O VAA tratará os dados pessoais dos seus clientes, colaboradores, eventuais prestadores de serviços e demais terceiros na medida e no limite da sua interação com o escritório, tudo isso dentro do contexto pré-determinado e informado ao titular, dentro dos limites estabelecidos nas bases legais previstas na legislação vigente, bem como observando os princípios da adequação, necessidade e finalidade.

Os dados pessoais dos clientes serão coletados no ato da assinatura do contrato de prestação de serviços jurídicos e/ou ao longo da efetiva prestação de serviços, na medida em que necessário, para a defesa dos interesses de tais clientes. A prestação de serviços jurídicos é a principal atividade do escritório, consistente no atendimento das demandas jurídicas de nossos clientes do início ao fim do vínculo contratual, no âmbito consultivo ou contencioso, a exemplo, mas não se limitando à:

- Condução de processos judiciais, administrativos e arbitrais;
- Realização de auditorias e análises de risco;
- Elaboração de opiniões legais, pareceres, contratos, notificações, petições em geral;
- Análise de processos judiciais, arbitrais e administrativos, inquéritos, negócios, produtos ou serviços, documentos públicos ou confidenciais submetidos aos profissionais do escritório para elaboração de resposta a consultas, processos, etc.;
- Realização de treinamentos, palestras, exposições de temas ligados à atividade principal do escritório;
- Participação em procedimentos licitatórios, conferências telefônicas, vídeo conferências, bem assim como reuniões presenciais nos nossos escritórios ou externamente;
- Formalização de contrato com o escritório, faturamento e cobrança;
- Formalização de contrato com fornecedores em geral, pagamento e execução do contrato;
- Manutenção de contato com seus clientes e/ou seus representantes, para a realização de comunicações institucionais, acompanhamento dos serviços prestados u solicitações, cobrança, prestação de contas e informações em geral;

Nessa hipótese poderão ser coletadas informações cadastrais (nome, CPF, RG, endereço e telefone), Informações financeiras (remuneração; histórico de transações; créditos; vendas; posses; certidão de débitos; empréstimos), informações constates de processos em qualquer esfera (data de nascimento, nacionalidade, naturalidade, idade, estado civil, país, endereço, CNH, título de eleitor, alistamento militar, profissão, escolaridade, idiomas, registro profissional, PIS/PASEP, CTPS, NIS, NIT, CEI). Além disso, o VAA poderá coletar informações e dados pessoais de diversas formas, como diretamente do titular de dados ou alguém relacionado a ele (a empresa que representa) ou acessados de fontes públicas. Em

todos os casos, serão tratados apenas os dados necessários ao cumprimento de finalidades específicas mencionadas nessa política.

Eventualmente o VAA poderá indicar dados pessoais de clientes e/ou seus representantes para que publicações jurídicas nacionais e internacionais façam contato para que avaliem e/ou referenciem nossos serviços.

O VAA trabalha com sistema de envio de *mailing* e newsletter e outras formas de contato aos interessados, contendo conteúdos informativos, notícias e demais informações sobre o escritório e suas áreas de atuação. Os destinatários dessas informações são os visitantes do site que voluntariamente se cadastram para tanto, fornecendo seus dados pessoais necessários a essa finalidade, ou clientes e seus representantes.

Na eventualidade de algum tratamento de dados de crianças e adolescentes, a coleta será feita mediante assinatura de termo de consentimento específico pelos responsáveis legais, da forma exigida pelo Art. 14, §1º, da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

No caso dos colaboradores celetistas, os dados pessoais serão coletados no momento da assinatura do contrato de trabalho e/ou preenchimento da CTPS. Além disso, outros dados poderão ser solicitados e/ou fornecidos voluntariamente pelo colaborador durante a vigência do contrato de trabalho, em situações específicas, para atendimento de finalidade específica, mediante consentimento específico e informado quando necessário.

No caso dos advogados e estagiários, os dados serão obtidos a partir do ingresso na estrutura física/virtual e societária do escritório ou, no caso dos estagiários, no momento da assinatura do contrato de estágio, não se descartando a possibilidade da obtenção de novos dados específicos, se necessário, durante o vínculo do estagiário ou societário com o escritório, para o atendimento de finalidade específica informada.

III. BASES LEGAIS PARA TRATAMENTO:

As hipóteses legais para o Tratamento de Dados Pessoais pelo VAA, de acordo com o art. 7º da LGPD, são:

- (a) Consentimento inequívoco fornecido pelo Titular dos Dados, quando aplicável, por Termo de Consentimento específico;
- (b) Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo VAA (Controlador);
- (c) Execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o Titular, a pedido do Titular;

- (d) Exercício regular de direitos do VAA (Controlador) em processo judicial, administrativo ou arbitral; e
- (e) Interesses legítimos do VAA (Controlador) ou de terceiros.

As hipóteses legais para o Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis pelo VAA, de acordo com o art. 11º da LGPD, são:

- (a) Consentimento específico e destacado do Titular dos Dados, ou de seu representante legal, quando aplicável, para as finalidades específicas, coletado por meio do Termo de Consentimento;
- (b) Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo VAA (Controlador);
- (c) Exercício regular de direitos do VAA (Controlador), inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral;
- (d) Proteção da vida ou da incolumidade física do Titular do Dado ou de terceiros; e
- (e) Demais leis específicas aplicáveis ao Tratamento de Dados.

IV. COMPARTILHAMENTO DE DADOS

O VAA compartilhará dados pessoais com:

- Provedores de *softwares*, serviços de hospedagem em nuvem e outras tecnologias da informação para fins de gestão do seu relacionamento com nosso escritório, cadastro e armazenamento de documentação e demais providências;
- Correspondentes, peritos, pareceristas, escritórios parceiros (nacionais e internacionais), auditores, contadores, tradutores e instituições financeiras para auxiliar na prestação dos serviços jurídicos, a depender da demanda;
- Organizações não governamentais em caso de trabalhos *pro bono*;
- Publicações jurídicas nacionais ou internacionais;
- Órgãos reguladores e demais autoridades, tais como: Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); Agência Nacional de Petróleo (ANP), Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Apenas eventualmente e se necessário ao estrito cumprimento de finalidade determinada, seus dados poderão ser compartilhados com prestadores de serviço no exterior.

V. ARMAZENAMENTO E DESCARTE DOS DADOS PESSOAIS

Quaisquer Dados Pessoais, incluindo Dados Pessoais Sensíveis, serão coletados e/ou armazenados de acordo com rígidos padrões de segurança. Para tanto, o VAA adota diversas

precauções, em observância às diretrizes sobre padrões de segurança estabelecidas na legislação aplicável.

Além dos esforços técnicos, o VAA também adota medidas organizacionais visando a proteção de Dados Pessoais, tais como: políticas, procedimentos e treinamentos de todos os seus colaboradores.

O acesso aos Dados Pessoais coletados e geridos pelo VAA é restrito aos colaboradores do VAA e às pessoas autorizadas pelo VAA e serão hospedados em servidores e sistemas localizados no Brasil.

Após o cumprimento das finalidades para as quais foram coletados, os Dados Pessoais, incluindo Dados Pessoais Sensíveis, devem ser descartados no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação para as seguintes finalidades:

- (a) Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo VAA;
- (b) Transferência a terceiro, desde que respeitados os requisitos de Tratamento de Dados dispostos na LGPD; e
- (c) Uso exclusivo do VAA, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.

VI. OBRIGAÇÕES DOS TITULARES DE DADOS

O Titular de Dados é responsável pela veracidade, exatidão e confirmação dos Dados Pessoais, incluindo Dados Pessoais Sensíveis, por ele informados ao VAA por qualquer meio.

Recomenda-se fortemente que o Titular dos Dados: não compartilhe com outras pessoas ou empresas terceiras, incluindo colegas de trabalho, familiares e amigos, logins, senhas ou qualquer tipo de credencial (incluindo seu cartão de acesso às dependências do escritório); não deixe senhas e logins escritos em papéis, blocos, agendas ou no bloco de notas de seu celular; utilize senhas fortes e exclusivas para os ativos e ferramentas do VAA ou particulares (e-mail, VPN, celular, etc.). O VAA não se responsabiliza por eventuais violações à Privacidade e à Proteção dos Dados Pessoais do Titular de Dados por ação ou omissão do próprio Titular de Dados.

O Titular de Dados é responsável por adotar em seus dispositivos, utilizados para acesso aos ativos e ferramentas do VAA, todas as medidas de segurança necessárias, de modo que o escritório não se responsabiliza por eventuais violações à Privacidade e à Proteção de Dados Pessoais do Titular dos Dados se decorrentes desta falta de diligência.

Em caso de indícios de comprometimento ou comprometimento dos Dados Pessoais tratados pelo VAA, todo e qualquer Colaborador do VAA ou terceiro que tiver conhecimento deve notificar imediatamente o Encarregado de Dados.

O VAA possui câmeras de monitoramento em seus escritórios para fins específicos ligado à segurança do escritório, à incolumidade física e de bens de seus clientes, Colaboradores e terceiros, respeitando-se sempre os direitos e liberdades fundamentais. Ao final de cada período de 30 (trinta) dias, as imagens são descartadas automaticamente. O VAA ou subcontratado não compartilham as imagens com terceiros, ressalvadas as hipóteses de requisição por Autoridade Policial ou Judicial, bem como para defesa dos interesses do próprio VAA, de seus Colaboradores e Clientes, em Juízo ou fora dele e dentro dos prazos previstos em lei.

VII. OBRIGAÇÕES DOS OPERADORES DE DADOS DO VAA

O VAA busca se relacionar com Operadores de Dados comprometidos com a Privacidade e Proteção de Dados Pessoais.

Os Operadores de Dados do VAA devem obrigatoriamente estar em conformidade com esta Política, assim como com a legislação vigente. Em caso de não conformidade com uma ou outra, o VAA se reserva no direito de rescindir o contrato imediatamente, sem ônus ao VAA, assim como de aplicar as devidas sanções legais e contratuais pertinentes.

O VAA se reserva no direito de verificar se os Operadores de Dados seguem os processos, instruções operacionais e procedimentos definidos pelo próprio VAA e /ou seus clientes, por meio de auditorias ordinárias ou extraordinárias.

VIII. COOPERAÇÃO COM A ANPD

O VAA, na qualidade de Controlador de Dados, cooperará com a ANPD em temas relacionados a Proteção e Privacidade de Dados Pessoais sob seu Tratamento, dentro dos limites da LGPD.

O Encarregado de Dados atua como o coordenador primário entre o VAA e a ANPD, tendo como suporte os colaboradores VAA e/ou prestadores de serviços e/ou fornecedores, potencialmente envolvidos no tratamento ou procedimento eventualmente questionado.

IX. DISPOSIÇÕES GERAIS

É responsabilidade de todos os Colaboradores do VAA a observação e aplicação da presente Política. O não cumprimento destas regras e princípios de privacidade pode resultar em ação disciplinar adequada à gravidade do caso.

O VAA disponibiliza ao Titular de Dados, Operadores de Dados e qualquer outra pessoa (física ou jurídica) de forma gratuita, canal de comunicação e atendimento exclusivo para questões relacionadas à Privacidade e Proteção de Dados Pessoais direcionando-os ao do Encarregado de Dados através do e-mail: encarregado@villemor.com.br

Por fim, o VAA se reserva o direito de alterar essa Política de Privacidade a qualquer momento, mediante publicação da versão atualizada em sua página.